

**O PROBLEMA DA ESCALA GEOGRÁFICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA-REFLEXIVA DOS CONTEÚDOS DO LIVRO
DIDÁTICO DO 8º ANO¹**

João Manoel Bezerra¹

Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
Campus Campina Grande – PB, jmbezerra10000@gmail.com

Gilmar Galdino de Medeiros²

Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba
– UEPB, Campus Campina Grande – PB. rigmaldino@hotmail.com

Josandra Araújo Barreto de Melo³

Orientadora e Professora Doutora no Curso de Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB / Coordenadora do PIBID-Geografia (Programa Institucional de
Bolsistas de Iniciação à Docência). ajosandra@yahoo.com.br

RESUMO

O docente em sua prática educacional busca na multiplicidade dos recursos disponíveis suporte para suas aulas. Todavia, o livro didático, tantas vezes, é o seu maior suporte. Este se faz de extrema importância no processo de ensino aprendizagem, além disso, tal recurso está disponível a todo, ou quase todo, estudante. Por diversas vezes é o único recurso disponível na escola; porém na realidade que vivenciamos, com o mundo a cada dia mais globalizado e informatizado, com a inserção das tecnologias na educação, a utilização, apenas, do livro didático pode deixar a desejar. É a partir desta análise que objetivaremos compreender a importância da inclusão de novas metodologias, com base nos novos recursos que se apresentam na escola. Analisar de forma crítica e com algumas sugestões o livro didático do 8º ano, visto que este apresenta conteúdos que exigem um nível alto de abstração do aluno, por isso se faz necessário à aproximação para o local, ou seja, o uso da escala geográfica.

Palavras chaves: Livro didático, Metodologia, Escala Geográfica.

1 INTRODUÇÃO

O presente Artigo parte dos resultados alcançados no Estágio Supervisionado em Geografia II, realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental de Aplicação, Campina Grande – PB, orientado pela Professora Doutora Josandra Araújo Barreto de Melo, no segundo semestre de 2012. O primeiro momento, Estágio Supervisionado I (2012.1), foi pautado na observação da Turma do 8º Ano “G”, com alunos com média de idade de 13 a 15 anos. No Estágio Supervisionado II, ainda na mesma turma, os orientandos partiram para a regência, onde puderam por em prática o que foi analisado, durante o Estágio I para, em seguida, fazer as intervenções necessárias. .

A intervenção com a utilização de recursos tecnológicos como alternativa metodológica a ser trabalhada nas aulas de Geografia se faz necessário a partir do momento em que se compreende que um dos motivos que geram o desinteresse dos alunos é a ausência de uma maneira de se abordar os conteúdos de forma a aguçar a curiosidade e a criatividade, fazendo com que o aluno seja capaz de buscar novas informações independentemente.

Nessa perspectiva, será focado o presente artigo que visará dinamizar a construção/reconstrução de conhecimentos significativos, proporcionando ao aluno uma formação política, crítica e social plena, tornando-o um cidadão atuante. Para isso, será feita uma “retrospectiva” da história da Geografia como disciplina escolar para, em seguida, analisar de forma crítica e reflexiva o que foi vivenciado durante a regência do Estágio II, propondo-se sugestões metodológicas para a inserção nas aulas de Geografia, bem como evidenciando o problema da escala no livro didático de Geografia do 8º Ano, que exige um nível alto de abstração para a realidade dos alunos.

Para isso será tomado como base alguns referências teóricos ligados a área do Ensino de Geografia, ao livro didático, a escala e ao Estágio Supervisionado; bem como Artigos acadêmicos pertinentes ao estudo para que possa haver uma melhor compreensão do objeto de estudo, no caso, o Ensino de Geografia.

O acesso adequado às novas tecnologias é restrito nas escolas. Esses recursos tecnológicos visam atender as necessidades de professores e alunos quando se trata de envolvê-los no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, os objetivos visados pela escola, tais como o desenvolvimento pleno do aluno em todos os aspectos, formando cidadãos formais e politicamente independentes, não estão sendo

alcançados em virtude da desmotivação do aluno para aprender. Isto implica diretamente no Ensino de Geografia que, por sua tradição à memorização, de certo modo, não desperta o interesse dos alunos. Neste sentido, a pesquisa e a inserção de recursos às aulas de Geografia alia a dinamização das mesmas a partir da descoberta, ou seja, do esforço próprio do aluno em descobrir por si mesmo conceitos geográficos básicos propostos no 8º ano do Ensino Fundamental como suporte para o desenvolvimento de uma compreensão concreta da realidade.

Visto a necessidade de entender o desinteresse e a falta de estímulo dos discentes em relação às aulas de Geografia, assim como analisar a abstração dos conteúdos do livro didático do 8º ano e a possível alienação dos alunos em relação ao mesmo é que foi lançada a proposta do presente artigo, que pode ser considerado relevante pelo seu caráter investigativo, que contribuirá para esclarecer algumas questões referentes à forma de o professor trabalhar nos anos finais do Ensino Fundamental, no caso o 8º ano.

O artigo apresentado também se faz importante para o meio acadêmico por constituir numa temática relevante para quem faz licenciatura em Geografia, principalmente para aqueles que estão estagiando no Ensino Fundamental II. Além disso, pela abrangência do estudo que levará a uma reflexão acerca da prática pedagógica de cada um como mediador e ponte para o conhecimento dos seus alunos.

2 O ENSINO DE GEOGRAFIA

O mundo globalizado/mundializado em que se vive hoje tem trazido novos desafios para a escola e para o ensino desenvolvido no seu interior, particularmente, o de Geografia, disciplina que pode contribuir de forma relevante no processo educativo, pois sabe-se que ela, juntamente com as outras disciplinas na escola (História, Matemática, Português, Ciências, etc.), objetiva contribuir com a formação de alunos cidadãos, possibilitando a estes, instrumentos para realizar a “leitura” da realidade em que vivem e, assim tornarem-se agentes de transformação, ou ainda, ~~um~~ sujeitos sociais, críticos e capazes de construir e modificar sua própria história. Todavia, para que isso seja conseguido no meio escolar, é indispensável buscar no referencial teórico as bases da ciência que se quer ministrar, bem como esclarecer o seu objeto, com isso ficará mais fácil ter clareza teórico-metodológica para conseguir subsídios para construir uma prática pedagógica com importância para o discente.

Sendo assim, o estudo de referências teóricas sobre o ensino de Geografia, torna-se imprescindível para entender a situação dessa disciplina em sala de aula, e discutir sua prática de ensino, baseada num processo de ensino-aprendizagem que leve em conta o educando como sujeito atuante no meio social em que está inserido, participante desse processo.

A indiferença que muitas vezes é dada a essa disciplina, tão essencial para a formação do cidadão, como já foi dito anteriormente, se dá ao fato de que várias vezes ela apresentar-se como a mera descrição da paisagem, como muitos geógrafos faziam/fazem. Assim, o sujeito cria uma visão limitada a respeito desta disciplina, isso pode ser resultado da influência do ensino geográfico que o sujeito é submetido no Ensino Fundamental, remetendo aos paradigmas e diferenças de cada período da sociedade, refletindo inclusive no conceito e visão do que a Geografia é para o estudante, seja no nível Fundamental, Médio e até mesmo no Ensino Superior. Sendo assim, como diz Andrade apud Kropotkin (1987, p. 61) “o ensino da geografia por ser muito teórico e rico em nomenclatura, não despertava o interesse dos estudantes”, com isso percebe-se a necessidade de fazer com que o interesse dos alunos seja despertado e, só assim, o aluno, poderá ter um excelente rendimento em relação à Geografia.

Durante a trajetória da geografia como ciência, a mesma passou por diversas transformações e fragmentações, o que quase a descaracterizou. Um dos reflexos dessa fragmentação foi a divisão em Geografia Física e Geografia Humana, sendo que na divisão em geografia física e humana surgiram mais subdivisões, tornando se mais específicas, como na primeira, a Geomorfologia, Climatologia, Hidrografia, Fitogeografia, Zoogeografia; enquanto na geografia humana as especializações se desenvolveram como a Geografia da População, Agrária, Indústria, Política, Economia, Social, etc., estas subdivisões empobreceram a epistemologia e metodologia desta ciência, consideradas um fator negativo, colocando em risco a existência da geografia como ciência (ANDRADE, 1987, p. 16).

2.1 A evolução histórica da disciplina de Geografia

O entendimento da evolução histórica da ciência geográfica é essencial para fazer-se um elo desse conhecimento com o Ensino. Ao longo da história, a humanidade passou/passa por mudanças profundas que refletiram na formação do pensamento geográfico, visto que a Geografia, por ser uma ciência essencialmente social, deve

responder aos anseios e às novas realidades que surgem a passos largos na sociedade atual.

A Geografia se tornou uma ciência independente a partir do século XIX, com os trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos alemães Alexandre Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859). Porém, desde os primórdios da humanidade, já existia um conhecimento geográfico e, com o desenvolver das civilizações e a ampliação da capacidade do ser humano dominar e modificar o meio natural, para que pudesse usufruir de forma plena de seus recursos disponíveis, é que o conhecimento geográfico torna-se cada vez mais importante.

No início, a geografia demorou a ser aceita pelos meios acadêmicos. No ensino secundário sua atenção era voltada apenas para os aspectos informativos existentes na natureza, como diz Manoel Correa de Andrade:

A sua preocupação principal, sobretudo no ensino secundário, continuou a ser a de informar a respeito das várias áreas do globo terrestre, catalogando nomes de montanhas, de rios, de mares, de cidades, de países e de recursos produzidos. Era assim, um ramo do conhecimento meramente informativo, que não estimulava a reflexão mais profunda. (ANDRADE, 1987, p. 13).

Com isso, nota-se que a visão que muitos têm da Geografia escolar como sendo algo inútil, descritiva e de memorização vem sendo cultivado desde muito tempo. É relevante o reflexo que o sujeito carrega do ensino escolar, quando se ouve observações a respeito da geografia dizendo que é uma ciência que se dedica apenas aos estudos de mapas, rochas, relevo, clima, enfim a descrição da paisagem. O objetivo, que tanto se almeja na atualidade, de torna-la uma disciplina que possa trazer ao educando reflexões e uma visão crítica da sociedade em que vive fica a parte, se levar em conta apenas o lado meramente informativo da disciplina Geografia. Qual é o seu real objetivo? Nídia Nacib Pontuschka diz:

A Geografia como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia. (PONTUSCHKA, 2009, p. 38).

Dessa maneira, poderá se dizer que a disciplina deve ir além da mera informação/memorização/descrição, mas deve e precisa contribuir para a construção de alunos, e por que não professores críticos e atuantes na realidade social apresentada pelo mundo. Este, cada vez mais globalizado, e que exige que se seja ativo, não apenas mais uma peça no tabuleiro do sistema.

2.2 O Ensino de Geografia no Brasil

A Geografia como ciência escolar teve início ainda no século XIX. No Brasil, foi implantada como disciplina escolar obrigatória no ano de 1837. Sua primeira finalidade era atender a uma camada da elite, a qual queria se inserir nos cargos políticos e em áreas afins. Mais de sessenta anos depois de sua implantação, a ciência já havia se consolidado nas escolas de praticamente todo o território brasileiro. A partir de sua inserção na escola, ela passa a ter uma função: mostrar através de descrições, mapas com contornos do país e da observação direta do meio circundante o próprio Estado-Nação, valorizando-o e criando laços de respeito e dedicação à imagem da pátria, para que, se fosse preciso, se lutasse/guerreasse por ela. Assim, a Geografia oficializou-se nas escolas com o objetivo de formar o futuro patriota/soldado.

No Brasil, a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), em 1934, e do Departamento de Geografia, em 1946, teve papel fundamental no desenvolvimento da ciência geográfica no País e na formação de licenciados para o ensino da disciplina. Antes, não existia no Brasil o bacharel e o professor licenciado em Geografia. Existiam pessoas que, egressas de diferentes faculdades ou até mesmo das escolas normais, lecionavam essa disciplina, assim como outras. Eram professores de Geografia, principalmente, advogados, engenheiros, médicos e seminaristas.

Os livros didáticos que até então eram produzidos e utilizados no País eram de baixa qualidade, em sua maioria, eram produzidos por professores do Ensino Secundário, e foram estes autores de livros didáticos, bons ou ruins, que popularizaram o Ensino de Geografia durante o século XIX e início do século XX.

Em 1817, foi lançado o primeiro livro de Geografia do Brasil: "Corografia Brasileira" do padre Manoel Aires de Casal. Uma Geografia de nomenclaturas e descrições "secas", uma Geografia com muitos problemas metodológicos e epistemológicos, todavia, era a primeira vez que se abordava o Brasil como um todo.

Foi somente no século XX que o professor, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, formado na França e autor de livros didáticos no Brasil, trouxe à discussão sobre a Geografia Moderna Explicativa e Científica. Suas posições ofereceram contribuições importantíssimas para o Ensino da Geografia.

A disciplina de Geografia ministrada nas escolas começou a sofrer mudanças profundas a partir da criação de "Estudos Sociais" e "Educação Moral e Cívica", que

contribuíram para causar danos á formação de toda uma geração de estudantes. Muitos estudiosos da época alertavam aos professores sobre os problemas oriundos da implantação dessas duas disciplinas, em especial a de Estudos Sociais que seria a substituta de História e Geografia, com isso, os licenciados nessas duas áreas perderiam suas titulações. Além disso, os Estudos Sociais apresentavam um conteúdo generalizado e pouco determinado não ficando claro a sua área de estudo.

A década de 1980 ficou marcada pela produção de livros didáticos de melhor qualidade e de vários títulos paradidáticos escritos por professores universitários da área de Geografia. Isso possibilitou uma discussão efetiva sobre os problemas da divisão dos conteúdos escolares e para minimizar a distância entre o ensino de Geografia e a realidade social, política e econômica do País, que era apenas discutido no espaço acadêmico, foram marcadas, também, pela busca da melhoria da qualidade do ensino. Na década de 1990, passou a se pensar também na formação do profissional/professor, como diz Pontuschka:

Na estreita desse processo, sobretudo a partir dos anos 90, a formação dos professores e o exercício profissional da docência foram postos no centro das discussões. Era preciso repensar os cursos de formação docente, em razão não apenas das novas exigências suscitadas pelo movimento de renovação curricular da escola fundamental e média, mas, sobretudo, dos problemas dos cursos de licenciatura, considerados, historicamente, fracos no que dizia respeito á formação satisfatória de seus profissionais. (PONTUSCHKA, 2009, p. 68).

Com isso, percebe-se que há um elo entre a qualidade do ensino e a formação do profissional que desempenha essa tarefa. Muitos professores, quando fazem a licenciatura, acabam descobrindo que não é aquilo que realmente gostam e muitas vezes continuam na carreira apenas por comodismo ou por falta de oportunidade de emprego em outra área, tornando-se, assim, profissionais frustrados e não desempenha seu papel de educadores de forma satisfatória, fato que empobrece ainda mais o ensino de Geografia acentuando ainda mais a visão que os alunos e a própria sociedade têm da mesma.

2.3 O livro didático e o ensino de Geografia

A importância do livro didático como principal instrumento pedagógico no processo de ensino-aprendizagem foi se solidificando ao longo dos anos, por causa de diversas circunstâncias históricas. As políticas públicas que focalizaram o livro didático como uma preocupação de Estado vêm sendo elaboradas desde 1938, ano em que foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD. O objetivo desse programa era examinar e julgar os livros didáticos, utilizados na época, indicar livros de valor para a tradução e sugerir abertura de concurso para a produção de determinados livros didáticos não existentes no país.

No que concerne ao livro didático, é importante ressaltar que em cada momento da nossa história foram formulados programas que atendessem necessidades específicas. No período varguista, a preocupação relativa ao livro didático era estimular a produção para atender e suprir a carência existente no país que em grande parte não possui livros didáticos para as escolas. Por meio desses acordos, foram produzidos centenas de milhares de materiais literalmente descartáveis. A utilização das obras didáticas produzidas pelos acordos do Ministério da Educação/Agência do Estado Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC/USAID – sigla em inglês) era de apenas um ano. Com o fim desses acordos, a política do livro didático ficou sob a responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, criada em 1983. A política adotada por esse órgão se restringia basicamente à compra e distribuição do livro didático, sem, contudo, haver a preocupação de analisar a qualidade do material que era distribuído aos alunos dos estabelecimentos de escolas públicas do nosso país.

A centralidade do livro didático no processo de ensino e aprendizagem, o volume de livros didáticos distribuídos anualmente pelo Governo Federal, por meio da FAE, e a falta de uma política destinada à avaliação desses materiais pedagógicos levaram o Ministério da Educação a iniciar, em 1996, um processo avaliativo das obras didáticas utilizadas pelos discentes das escolas públicas brasileiras. Foi reunido, para essa finalidade, um conjunto de profissionais da educação das várias áreas do conhecimento. Fato que possibilitou a melhora gradativa dos livros didáticos, especialmente os de Geografia.

2.4 O Livro didático de Geografia do 8º ano: algumas propostas metodológicas

O livro didático é um recurso que apresenta diversas características que o tornam importante; sendo considerado ao mesmo tempo uma produção fundamental para a cultura e uma mercadoria para as grandes editoras. Contudo, continuam a ser, para muitos, o referencial na sala de aula, tanto para alunos quanto para professores, sejam de escolas públicas como particulares. Seu uso em sala de aula dependerá de vários fatores, tais como a formação geográfica e pedagógica que o professor teve durante sua graduação, o tipo de escola, visto que os procedimentos encontrados nas escolas são distintos, tanto em escolas públicas quanto nas particulares, o público ao qual será ensinado, o tipo de livro didático escolhido e, por fim e não menos importante, às classes sociais que serão atendidas.

Os livros didáticos atuais apresentam em seus conteúdos diversas propostas que possibilitam ao professor desempenhar um bom trabalho em sala de aula, como a inclusão de textos complementares ao tema trabalhado na unidade/capítulo, textos de jornais e revistas e sugestões de *sites* para a pesquisa por parte, tanto do professor quanto dos alunos. Todavia, alguns deixam a desejar no que concerne a sua linguagem e a realidade apresentada, pois geralmente o livro é elaborado em Estados diferentes dos em que é utilizado, ou seja, a maior parte dos livros didáticos apresenta uma realidade diferente da que o estudante vivencia, tornando difícil a sua apreensão.

A realidade acima exposta é bastante evidente nos livros didáticos do 8º e 9º anos, sobretudo no que se refere aos continentes e seus respectivos países, pois tais conteúdos/temas exigem do aluno uma abstração grande para que possa haver sua devida compreensão. Sabe-se, porém, que muitos estudantes não conseguem obter esse nível de abstração, com isso acabam ficando desmotivados e distantes das aulas. Como diz Lana de Souza Cavalcanti:

O ensino é um processo de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor e pela matéria de ensino, no qual devem estar articulados seus componentes fundamentais: objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Nesse sentido, os objetivos sociopolíticos e pedagógicos gerais do ensino e os objetivos gerais da Geografia escolar é que orientam a seleção e a organização conteúdos para uma situação de ensino. No entanto, é o uso de um método ensino adequado que pode viabilizar os resultados almejados. Se se quer ensinar os alunos a pensar dialeticamente, importa definir ao mesmo tempo que conteúdos permitem a eles o exercício desse pensamento e o modo pelo qual esse exercício é viável. (CAVALCANTI, 2010, p. 25).

Com isso, esclarece-se que o foco do ensino aprendizagem deve ser o aluno, este deve ser o “centro” das atenções, o professor desempenha o papel de mediador entre os conteúdos selecionados no livro didático e o estudante. Que resultados se quer alcançar com a prática pedagógica que se utiliza em sala de aula? Será que tal (as) prática (as) é

relevante para o aluno, desempenhará importância no seu processo de construção do senso geográfico do aluno? Respondendo a esses questionamentos, sem dúvidas, encontram-se caminhos que levem a aprendizagem efetiva do discente.

O livro didático de Geografia do 8º ano usado na Escola onde foi realizado o Estágio é o do Projeto Araribá, organizado pela Editora Moderna e tendo como editora responsável Sonia Cunha de Souza Danelli, em sua 2ª Edição do ano de 2007. O livro é bastante resumido e dividido em unidades com capítulos curtos, o que torna os conteúdos bastante compactos e com informações simples e de fácil memorização pelos alunos, fato que, de certo modo, não possibilita aos mesmos reflexões críticas e raciocínio geográfico da realidade em que está inserido.

É papel fundamental do professor selecionar conteúdos que sejam relevantes e significativos para os alunos, no caso, o que fazer para trazer para a realidade do aluno os conteúdos sobre os continentes, sobre países tão fora do contexto social e político vivido pelo estudante? Parece difícil a resposta, mas encontra-se na forma como o professor mediará tais temas na sala de aula. Uma proposta relevante é a utilização de mapas, algo tão antigo quanto a Geografia, mas que faz toda a diferença na aplicação e ampliação do estudo da disciplina. Para Almeida e Passini (2010, p. 16) “O mapa é de suma importância para que todos que se interessem por deslocamentos mais racionais, pela compreensão da distribuição e organização dos espaços, possam se informar e se utilizar deste modelo e tenham uma visão de conjunto”. Dessa forma, como ficou claro na fala dos autores, o mapa desempenha papel essencial para as aulas de Geografia.

Adicionalmente, os novos recursos tecnológicos devem se fazer cada vez mais presentes no meio escolar, como afirma Rosselvelt José Santos:

O ensino de Geografia como o de outras disciplinas, depara-se hoje com uma imensa oferta de produtos da indústria cultural (filmes, fotografias, músicas, charges, dentre outros) em virtude das novas tecnologias e de acesso a muitas informações. Cada vez mais, os saberes escolares são associados às mudanças da modernidade e têm de dialogar com inúmeras orientações pedagógicas contemporâneas, a sociabilidade, a apropriação dos conteúdos e a construção do conhecimento. (SANTOS, 2010, p. 43)

Assim, percebe-se que, além do mapa poderão ser inseridos nas aulas de Geografia recursos que muitas vezes são menosprezados pelos professores como livros paradidáticos, revistas, jornais, filmes, fotografias, músicas, charges e imagens em geral. Para isso, é necessário que o professor esteja aberto a dinamizar suas aulas “fugindo” das tradicionais aulas de quadro-negro/lousa e giz/pincel que o aluno está acostumado ver.

É proporcionando ao aluno oportunidades de (des)construir e reconstruir o conhecimento que o mesmo possui que seu aprendizado será significativo. Outra possibilidade de se trabalhar em sala de aula com os estudantes é usando as mídias eletrônicas como o computador, Data Show e TV/DVD e a internet, incluindo as redes sociais que hoje exercem tão grande influência na sociedade. Para isso o professor deve estar preparado e a escola deve proporcionar estrutura para que isso possa de fato acontecer, o que infelizmente não ocorre nas escolas públicas brasileiras.

2.5 O problema da escala no ensino de Geografia

A sociedade atual vive o meio técnico-científico-informacional que, segundo Santos (1994), é um processo de cientificização, tecnização e informatização do espaço que faz da informação uma variável fundamental para se viver na sociedade globalizada. Este processo é irreversível; está posto e não mudará. A Geografia como ciência e disciplina escolar, deve estar inserida nessa nova realidade.

O objetivo primeiro de estudo em Geografia permanece sendo o espaço geográfico que, segundo Castrogiovanni (2000, p.07), “é entendido como um produto histórico, como um conjunto de objetos e de ações que revela as práticas sociais dos diferentes grupos que vivem num determinado lugar, interagem, sonham, produzem, lutam e o (re) constroem”. Para que a disciplina de Geografia venha dar conta desse objeto é preciso que ela esteja voltada primeiramente para a realidade vivida pelos alunos, levando os conteúdos do livro didático para o cotidiano dos mesmos. O docente deve estar sempre criando condições de trabalho que possibilitem ao estudante aprender levando em conta seu próprio ritmo; deve ainda observar e levar em consideração os raciocínios prévios que cada aluno sabe, sempre havendo um ativo diálogo entre professor-aluno e vice versa.

A escola desempenha papel crucial na construção dessa nova realidade apresentada ao ensino em geral, e em especial ao de Geografia, visto que esta possibilita um dinamismo com o espaço/paisagem/lugar. Todavia, sabe-se que a escola deixa muito a desejar, visto que, existe pouca aproximação dela com a vida, com o cotidiano dos alunos. Por seu formalismo excessivo impossibilita, na maioria das vezes, a construção da identidade por parte do aluno como cidadão atuante e consciente da realidade em que está inserido no meio social.

A aproximação dos conteúdos de caráter geográfico para a realidade do aluno torna-se imprescindível, para isso se faz necessário o estudo da escala geográfica.

Segundo Iná Elias de Castro:

A escala é uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca como um problema também fenomenal. (CASTRO, 2011, p.118).

Conceito aplicável aos conteúdos tanto do livro didático do 8º ano como ao do 9º ano, visto que os mesmos partem de uma escala bastante abrangente, dimensional e deve ser trazida para uma escala menor para a apreensão por parte do aluno. Essa aproximação geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho que varia do espaço local ao planetário, não havendo essa aproximação a compreensão do aluno ficará comprometida.

A escala permite um modo de aproximação do real, uma forma de tornar o mundo perceptível e de apreendê-lo. Há grande dificuldade de aproximação do real, visto a necessidade de representação e fragmentação.

Sobre o que foi acima exposto Helena Copetti Callai complementa:

Em Geografia uma das questões mais significativas ao tratar do que estudar diz respeito á escala de análise que será considerada. Ao estudar o espaço geográfico, a delimitação do mesmo é um passo necessário, pois que o espaço é imenso, planetário, mundial. O que dele/nele estudar? Para dar conta da delimitação deve-se fazer a referência á escala social de análise, que em seus vários níveis, encaminha a recortes que elegem determinada extensão territorial. Estes níveis são o “local, o regional, o nacional, o global”. (CALLAI, 2000, p.83)

Com isso, fica evidente a necessidade de estudar e apreender o lugar, pois ao passo que o mundo é global, as experiências e representações de cada indivíduo, a relações sociais acontecem nos lugares específicos. Na sala de aula não é diferente, visto que, os alunos constroem o seu conhecimento com base no que vive e presenciam na sociedade em que está inserido; nas discussões sobre os continentes, por exemplo, deve-se sempre trazer da escala global para a local, para a vivência do estudante, só assim tais conteúdos adquirirão significado e importância para os mesmos. O professor deve ir além das explicações simplistas que nada contribuem para uma reflexão profunda por parte do aluno.

Os conteúdos abordados no livro didático do 8º ano são repletos de informações que muitas vezes dificultam para o professor a escolha do que é “indispensável” passar para o aluno durante o ano letivo. Como diz Callai (2000, p. 101) “Os conteúdos da

Geografia, que têm como meta estudar o mundo, são extremamente vastos e cada vez mais vão aumentando, o que significa que deve ser feita uma seleção destes, o que tem sido uma tarefa bastante árdua para os professores”. Não é fácil a escolha dos conteúdos, porém cabe ao professor eleger aqueles de maior relevância e significado para o aluno proporcionando condições para a construção do seu próprio conhecimento.

3 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA

O Estágio Supervisionado é de fundamental importância no processo de formação do licenciando em Geografia, bem como das demais áreas de Ensino, pois possibilita aos discentes momentos de experiências e práticas, além de oportunizar colocar em prática as teorias apreendidas durante a sua formação, trazendo uma visão da realidade profissional aproximando, de certo modo, os conhecimentos acadêmicos das práticas a serem desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem. É na realidade da sala de aula, seja qual série/ano for que se percebe e se descobre que na prática não existem fórmulas prontas, nem conhecimentos acabados.

Sobre o que foi acima exposto Elza Yasuko Passini diz:

A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado são significativos nos cursos de licenciatura, e não deveriam ser realizados apenas como um componente da grade curricular, mas sim contextualizados e comprometidos com a transformação social, unindo formação profissional e pessoal, responsabilidade individual e social. Deveríamos exercitar nosso profissionalismo na construção do conhecimento individual e coletivo, como professores e alunos, ambos cidadãos responsáveis e participantes. (PASSINI, 2010, p. 26).

Dessa maneira, fica evidenciado a influência que o Estágio Supervisionado desempenha na formação dos licenciandos, porém fica claro que o estagiário deve ser profissional desempenhando seu papel da melhor forma possível, trazendo contribuições para a sua formação e para os alunos que fazem parte da turma do Estágio. Este não deve ser apenas uma obrigação curricular, mas visto como oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

3.1 O Estágio Supervisionado em Geografia II na Escola Estadual de Ensino Fundamental de Aplicação, Campina Grande – PB

A Escola Estadual de Ensino Fundamental de Aplicação foi criada, no primeiro momento, para atender os alunos estagiários da Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia. A escola possui um terreno de 11.428 m² e 1.070 m² de área construída disponível para atividades pedagógicas, uma biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo, um ginásio de esportes e uma sala de EPA (Estudo, Planejamento e Acompanhamento), possui rampas que facilitam o acesso e quadros opcionais.

O Corpo técnico da escola é composto por um Gestor, o senhor Joaquim Pereira e duas adjuntas, uma Psicóloga, orientadora educacional, três supervisores e vinte e nove funcionários administrativos e de apoio. O quadro docente consta de quarenta e três professores. Apresenta na faixa de 1000 alunos divididos em três turnos – Manhã, Tarde Noite -, vinte e oito salas de aula abrigando alunos do 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

Os estudantes, em sua maioria, são pertencentes à classe baixa, alguns moram nas imediações da escola, outros em outros bairros e distritos de Campina Grande e outros vêm de cidades circunvizinhas, como Lagoa Seca, Riachão do Bacamarte, Massaranduba, Matinhas entre outras. Mantida pelo Governo do Estado da Paraíba, através da Secretária de Educação e Cultura, também recebe recursos do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) e da PEAE (Programa Estadual de Alimentação Escolar). Fica situada na Rua João Leles S/N, Bairro do Catolé em Campina Grande – PB.

O Estágio Supervisionado em Geografia II foi realizado no período de 17 de Setembro de 2012 a 12 de Novembro de 2012. Teve por objetivo a regência, pelos estagiários, nas aulas de Geografia no 8º ano “G”, turma com 25 alunos, que frequentam as aulas, com média de 13 a 15 anos de idade. A turma é bastante dispersa o que dificultou o processo de intervenção, os alunos são bastante desmotivados e desinteressados em relação à disciplina de Geografia. Devido aos excessivos feriados e dias que não houve aulas por causa do processo Eleitoral do 1º e 2º turnos, que adiavam os encontros semanais o que dificultou a efetiva introdução do projeto de intervenção. Contudo, tentou-se ao máximo aproximar o conteúdo do livro didático, que exige um nível alto de abstração, para a realidade dos alunos. Para isso utilizou-se vários recursos, como mídia, mapas, objetos concretos, entre outros para facilitar a compreensão e entendimento dos conteúdos da série que se referem principalmente à regionalização e territorialidade (continentes), distante do conhecimento dos alunos, porém obrigatórios de acordo com os PCNs.

Para se discutir as percepções dos alunos em relação à disciplina de Geografia, valemo-nos das narrativas, conversas informais, e de questionários relativos ao Ensino de Geografia. Os dados a seguir são oriundos das repostas dadas pelos alunos aos dois questionários (Anexos) elaborados pelos estagiários. O Questionário 1 foi aplicado no início do Estágio II e o segundo Questionário no fim. Os dados resultaram nas discussões abaixo:

QUESTIONÁRIO 1:

- ✓ A maior parte dos alunos, cerca de 80% dizem gostar de Geografia, alguns não gostam por achar a disciplina “*muito chata*” e “*difícil de entender*”;
- ✓ Todos acham a disciplina importante, as respostas do “Por que” foram as mais diversas como: “*Sem Geografia não saberíamos nos localizar e não saberíamos diferenciar os lugares e as paisagens*”, “*Nós vivemos no mundo da Geografia*”, “*Podemos aprender a nos guiar com os mapas*”. Com as respostas pode-se evidenciar que a maior parte dos alunos vê a Geografia apenas pelo seu lado descritivo/informativo, sem consciência de seu papel social;
- ✓ Foi perguntado o que os alunos esperavam da atuação dos estagiários e as respostas forma diversas dentre elas destaca-se: “*Que expliquem de uma forma melhor e que façam atividades interessantes com mapas, etc.*”. “*Que deem o melhor deles como Estagiários*”, “*Que ensinem direito*”, “*Que tragam mais conhecimento para a nossa turma*”, “*Que expliquem direito para podermos entender o conteúdo e ter paciência com a bagunça da sala*”. Percebe-se através das respostas que o nível de exigência dos alunos em relação aos estagiários é grande, e que a dificuldade maior é a de entender o conteúdo do livro didático;
- ✓ Foi perguntado também sobre o que eles queriam que mudasse nas aulas de Geografia e a maioria disse: “*Que fosse utilizados mapas, atividades mais interessantes e com melhores explicações*”, “*Que as aulas fossem legais e que aprendêssemos mais de Geografia*”, “*Tudo*”, “*Que deixassem de falar muito e agisse mais*”. Com essas falas observa-se mais uma vez o desinteresse e a falta de estímulo por parte dos alunos em relação à disciplina de Geografia.

QUESTIONÁRIO 2:

- ✓ A unanimidade dos alunos acha o livro didático do 8º ano importante;

- ✓ Foi perguntado se na opinião deles os estagiários conseguiram aproximar os conteúdos do livro didático para próximo da realidade vivida por eles e as respostas foram: *“Sim, pois eles trouxeram muitas informações”, “Sim, eles colocaram tudo de uma forma fácil e prática de entender”, “Parcialmente, com o livro didático achei bom, mas achei que quando eles mostraram os vídeos sobre o Canal do Panamá, Cuba e Haiti eles forma ótimos, além da explicação que foi muito boa”, “Sim, porque eles se aprofundaram nos conteúdos para trazerem como quase a realidade”,* com isso verifica-se a necessidade de trazer novos recursos, além do livro didático, para a sala de aula e trazer o conteúdo ministrado para a realidade dos alunos;
- ✓ A maioria gostou muito dos recursos que foram utilizados pelos estagiários em sala de aula;
- ✓ Foi perguntado se os alunos compreendiam os conteúdos do livro didático do 8º ano e a maioria disse que sim, fato que não é comprovado se levar-se em conta as notas deles na disciplina, que evidenciam o desinteresse e a incompreensão de fato dos conteúdos;
- ✓ Perguntou-se se eles acharam mais fácil a compreensão dos conteúdos das séries anteriores (6º e 7º anos) do que da atual série e a maioria disse que os anteriores era mais fácil de entender e os conteúdos eram melhores.

Com base no que foi acima exposto, evidencia-se que os alunos têm uma ideia que o livro didático de Geografia, com seu formalismo excessivo, serve apenas para a memorização. Como diz Kaercher (1999, p. 136) *“Basta ler um livro didático de Geografia para percebermos que o seu formalismo excessivo leva á construção de uma ideia que permanece em nós: a da Geografia como um ensino árido, classificatório e distante de nossa realidade”,* cabe-nos refletir e buscar formas que mude essa percepção que os alunos e a própria sociedade têm da Geografia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino de Geografia, cada vez mais, deve ser pauta dos relatórios e produções acadêmicas daqueles que fazem licenciatura nessa área, visto que é discutindo-se sobre a temática que se chegará a um propósito comum a todos: a melhoria na qualidade do Ensino de Geografia.

O professor é entendido como ligação entre o aluno e o conhecimento e como instigador do desenvolvimento das atitudes críticas e sociais que o aluno deve agregar na esperança da formação de um cidadão atuante na sociedade. São claras as dificuldades existentes no que concerne á prática do Ensino de Geografia e da estrutura encontradas nas escolas, como a carência de recursos e a desmotivação por parte do aluno, e muitas vezes do próprio professor. Este, porém, deve conhecer e assumir seu papel de agente transformador mesmo em meio a uma sociedade e um Governo que por diversas vezes, não lhe possibilita agir dessa forma; em meio a alunos cada vez mais alienados e descontentes com a escola não dando a devida importância que a mesma possui.

Um dos papéis do geógrafo, seja em que contexto for, deve ser visar uma reflexão constante sobre tudo ao seu redor. O olhar do geógrafo é ilimitado e é essa atenção, essa percepção que deve ser percebida e levada pelos alunos, para que os mesmos também enfrentem aquilo que está posto aos seus olhares e busquem uma verdade mais profunda, mais crítica e mais humana sobre o que acontece com o mundo e o universo. Afinal, o ser humano evolui cada vez mais em conhecer as fronteiras do conhecimento.

O professor como mediador deve ouvir os alunos, sistematizar as suas falas, criar e estimular os debates e as dúvidas, textualizar as dúvidas e conclusões elaboradas procurando sempre surpreendê-los. Provocar surpresas que estimulem a paixão pelo aprender, paixão em discutir com os demais e pensar em novas maneiras de organização o espaço e da sociedade que visem com mais justiça e pluralidade (Castrogiovanni 2000, p. 101), parece-nos um pouco “utópico”, mas é possível, basta o professor querer ser o agente transformador a dar o primeiro passo.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de e PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação** – 15. ed., 4ª Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: conceitos e temas** – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**- 2ª ed. – Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** – 16ª ed. - Campinas, SP: Papirus, 2010.

PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado** – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia** – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Rosselvelt José. **Ensino de Geografia e novas linguagens** – Ministério da Educação, Secretária de Educação básica – Brasília, 2010.

<http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-ensino-de-geografia-no-brasil/13058/>, acesso em 16 de Novembro de 2012, às 20h30min.

<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia/article/viewFile/50/43>, acesso em 16 de novembro de 2012, às 21h00min.

<http://famper.com.br/download/jose.pdf>, acesso em 18 de novembro de 2012 às 10h30min.